

AFINAL, O QUE É POLÍTICA?

Política: uma palavra polissêmica.

Diz-se que uma palavra é polissêmica quando varia de sentido conforme o contexto em que é empregada. Este é o caso do vocábulo “política”. Dentre outras possibilidades, vejamos a seguir alguns sentidos comuns da palavra a ele.

É possível dizer, por exemplo: “A política da empresa é intolerante com faltas e indisciplinas”. Aqui, a palavra política foi empregada no sentido de diretrizes, normas administrativas, postura diante de determinado fato. Note que, nesta acepção, pode haver tantas políticas quantas forem às empresas, já que se trata de um conjunto de diretrizes eletivas, sendo certo que cada empresa tem a liberdade de eleger o seu próprio conjunto de diretrizes e, assim, formar sua própria política, desde que em consonância com a lei trabalhista.

O interlocutor, ao entrar em contato com esta acepção de política, sabe que ela se refere a um conjunto de diretrizes eletivas adotadas por uma empresa específica, mas não tem como saber, sem maiores investigações, qual é o conteúdo dessas diretrizes, já que elas variam de empresa para empresa, segundo suas próprias conveniências, que são orientadas com ênfase no bem individual da entidade, não no bem comum da sociedade.

Também é possível dizer o seguinte: “Discriminar pessoas não é politicamente correto”. Neste exemplo a palavra política é utilizada quase como um sinônimo para “moral”. Tanto é assim que, sem perda do sentido original, poderíamos dizer: “Discriminar pessoas não é moralmente correto”. Aqui, a palavra política ganha um sentido bem mais revelador do conteúdo ao qual está associada, pois como a moral é, ou ao menos deveria ser, um modo de ação orientado por uma ética comum a todos os integrantes do corpo social, faz-se necessário que a palavra política, quando utilizada com esta acepção, remeta o interlocutor a comportamentos que, do ponto de vista pessoal, sejam conciliáveis com a ética adotada coletivamente pelo grupo social.

Uma notável diferença existente entre os dois sentidos acima descritos para a palavra política é o nível de clareza que cada um deles possui para revelar, de plano, o conteúdo ao qual se referem. No primeiro caso, quando utilizado no sentido de diretrizes da empresa, apenas os interlocutores do pequeno grupo social correspondente à empresa em questão podem logo saber qual é o conteúdo associado à palavra política. No segundo caso, quando a palavra foi utilizada como sinônimo de moral, qualquer indivíduo da sociedade, desde que seja minimamente lúcido e capaz, tem condições de especular com um razoável nível de precisão o conteúdo associado a este sentido da palavra. Outra questão que salta aos olhos é que, no sentido de “normas da empresa”, política tem a finalidade de perseguir o bem individual da entidade, ao passo que, no sentido de “moral”, política destina-se à persecução do bem comum.

Apesar de tão relevantes diferenças, há também convergências. Existe um ponto em comum que aproxima muito os dois sentidos analisados. Empregada no sentido de diretrizes de uma empresa ou como sinônimo para moral, política, em ambos os casos, refere-se a comportamentos eletivos: no primeiro caso, os comportamentos foram eleitos por um grupo social bem específico, para que fossem seguidos apenas por eles em suas relações laborais (os integrantes de uma empresa, durante o trabalho); no segundo caso, o comportamento é considerado moral porque se adequa a uma ética, que por sua vez foi eleita indistintamente por toda a sociedade, foi construída culturalmente, é verdade, mas, ainda assim, decorre de escolhas de valores que, segundo o grupo social, deve orientar suas ações na persecução do bem comum.

A característica da política como um comportamento escolhido pelo grupo social de modo direto ou indireto, presente nos dois sentidos analisados anteriormente, é exatamente o que distingue estes sentidos daquele com o qual nos ocuparemos doravante.

Há um sentido para a palavra política em que ela não se refere a uma conduta eletiva, mas sim a uma prática natural e inafastável do indivíduo humano, impossível de ser escolhida ou renunciada por ele, haja vista tratar-se de um dos elementos que o define como ser humano. Não se pode renunciar a este elemento sem renunciar a

humanidade, e como o indivíduo não pode renunciar sua humanidade, não pode, conseqüentemente, deixar de ser político.

Este é o sentido de política que nos interessa: política como atividade humana irrenunciável. Vamos a ele.

Política como condição humana.

A ideia de política como condição natural do indivíduo humano vem de Aristóteles.

De modo bem resumido, é possível descrever o seu raciocínio da seguinte maneira:

- a) o homem é um animal racional, dotado de inteligência e linguagem;
- b) em que pese sua racionalidade, o homem é também um animal frágil e incompleto, que, na construção do seu bem-estar, precisa de coisas que lhe são externas e do amparo e ajuda de outras pessoas (abrigo, roupas, armas, ajuda nas tarefas laborais, cuidado de terceiros nos momentos de enfermidade etc);
- c) a necessidade de colaboração interpessoal para a construção do próprio bem-estar leva o homem, naturalmente, a uma vida social que lhe dê maiores chances de êxito diante das adversidades do ambiente hostil;
- d) vivendo em sociedade e sendo dotado de linguagem e racionalidade, o homem utiliza essas características (a linguagem e a racionalidade) para harmonizar os conflitos interpessoais dos membros do grupo, impedindo desta maneira que ele se desfaça, além de organizar e orientar as relações internas e externas do corpo social onde está inserido, de modo que elas favoreçam uma ação conjunta e coordenada em direção ao êxito coletivo, aumentando as chances de ser alcançado, também, o êxito individual;
- e) neste sentido Aristotélico, a política é, então, o comportamento decorrente habilidade humana, natural, de organizar e orientar as relações externas e internas do grupo social que abriga o indivíduo, otimizando as ações desse

grupo em prol da superação das adversidades do ambiente e da persecução do bem comum, o que, conseqüentemente, leva ao bem individual.

A mitologia grega e a poesia de Hesíodo⁷ fornecem outras versões para a gênese da política, mas é em Aristóteles que surge uma abordagem calcada apenas na racionalidade, totalmente desvincilhada da influência dos mitos ou da poesia. Essa abordagem é à base da ciência política nos dias atuais.

A pesquisa etimológica da palavra política parece ir ao encontro das conclusões de Aristóteles.

Os gregos antigos se organizavam socialmente em cidades-estados, conhecidas entre eles como *pólis*. O homem livre, grego, nascido na *pólis*, era chamado de *politikós*. Os *politikós*, cujo conceito se aproxima muito do que hoje chamamos de cidadão, eram os indivíduos que participavam das decisões acerca da condução da *pólis*. Eles, reunidos nas Ágoras (praças gregas), deliberavam sobre a defesa da cidade, a construção do espaço público, as atividades econômicas e, enfim, todos os assuntos relacionados com a coisa pública e o bem comum. Ser um *politikós* era ter essa prerrogativa honorável, distintiva, enaltecida do indivíduo. A ação dos *politikós* de ir ao espaço público participar da condução da *pólis*, deliberando acerca dos assuntos postos, votando nas Ágoras, tentando convencer outros *politikós* iguais a ele acerca do seu ponto vista ou sendo convencido por eles, era chamada de *politikés*, que originou a palavra política.

Assim, podemos dizer que a política é uma prática ou ação humana voltada para a construção coletiva de um espaço público onde seja possível assegurar e vivenciar o bem comum.

Observe que a construção do espaço público é um meio para alcançar um fim, que é também o critério ético da política: o bem comum.

Os escravos, estrangeiros e mulheres não eram considerados *politikós* (cidadãos), não gozavam de igualdade de direitos diante dos *politikós*, razão pela qual lhes era negado o exercício da *politikés* (política). Veja que não se está afirmando que

⁷ HESÍODO, poeta grego (n. Ascra, Beócia, meados do séc. VIII a.C.), autor de poemas didáticos: *Os trabalhos e os dias*, *A teogonia*. (KOOGAN/HOUAISS. Enciclopédia e dicionário ilustrado. Rio de Janeiro: Edições Delta. 1994. Pág. 1246.

eles não tinham a habilidade de exercer a *politikés*, haja vista que esta é, como dizia Aristóteles, uma habilidade natural. Apenas era negado a eles o exercício público dessa habilidade.

Os políticos e os idiotas.



Aqueles que, diferentemente dos *politikós*, não participavam da vida pública, não exerciam a *politikés*, e permaneciam voltados apenas para os assuntos privados (*ídion* – palavra grega empregada para

designar o privado), eram os *idiótes* (mulheres, escravos, estrangeiros). Esse termo, mais tarde, deu origem à palavra idiota, com carga pejorativa, destinada a identificar aqueles cujas limitações cognitivas não permitem uma adequada compreensão ou manifestação, tal como os gregos antigos imaginavam que acontecia com as mulheres, os escravos e os estrangeiros. Todavia, originalmente a palavra estava apenas associada apenas aos que não exerciam a *politikés*.

Ao investigar o sentido original da palavra *idiótes* na Grécia antiga e o significado que hoje damos ao termo idiota, percebemos, como bem observou Mário Sérgio Cortella⁸, que houve uma inversão do conceito original, pois antes o *idiótes* era aquele que não participava da vida pública, que não fazia *politikés*, ao passo que hoje, muito tristemente, considera-se que política é coisa apenas para idiotas, quando, na verdade, devemos fazer política exatamente para não nos colocarmos na condição de *idiótes*.

⁸ CORTELLA, Mário Sérgio; RIBEIRO, Renato Janine. Política: para não ser idiota. 9ª ed. Campinas: Papyrus 7 Mares. 2011.



Para refletir ...

(...)

O termo “política” foi cunhado a partir da atividade social desenvolvida pelos homens da pólis, a “cidade-Estado” grega. Em outros locais, como na Pérsia ou no Egito, a atividade política seria a do governante, que comandava autocraticamente o coletivo em direção a certos objetivos: as guerras, as edificações públicas, a pacificação interna. Na Grécia, ao lado dessas atribuições do soberano, a atividade política desenvolver-se-ia como cimento da própria vida social. O que a política grega acrescenta aos outros Estados é a referência à cidade, ao coletivo do pólis, ao discurso, à soberania, à lei.

Duas referências de Platão e Aristóteles, que não eram a favor da forma democrática de governo, mas estavam imbuídos deste significado da política, esclarecem a questão. Para Platão, o político não se diferencia dos demais homens por nenhuma qualidade – como a força – a não ser conhecer melhor os fins da pólis, oferecendo uma luz que guie os homens entrevados nas sombras da caverna. Para Aristóteles, na *Ética a Nicômaco*, como “a política utiliza-se de todas as outras ciências, e todas elas perseguem um determinado bem, o fim que ela persegue pode englobar todos os outros fins, a ponto de este fim ser o bem supremo dos homens”. Estas preocupações, de como “oferecer uma luz” ou “o bem supremo” dos homens, e não apenas agir em nome deles na direção dos negócios públicos, constituem uma grande novidade. Através dela se forma um espaço de presença da política no cotidiano e se abre um terreno à participação política fora do âmbito restrito do exercício do governo. Esta forma de entender a atividade política como uma experiência que se reflete na vida pessoal, faz da política grega uma ética, um referencial para o comportamento individual em face do coletivo social, da multiplicidade da pólis.

Sendo ética, a atividade política tem uma função pedagógica, de transformação dos homens em cidadãos: a Paidéia.

(...)

MAAR, Wolfgang Leo. *O que é política*. 16ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense. 1994. Págs. 30/31.